

27 de fevereiro de 2020

<http://justnews.pt/noticias/como-melhorar-a-integracao-entre-cuidados-de-saude-primarios-e-saude-publica>



«Como melhorar a integração entre cuidados de saúde primários e saúde pública?»

Luís Pisco

Presidente do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo

A integração de cuidados é um tema recorrente na literatura nacional e internacional e aborda-se habitualmente a integração entre cuidados primários e cuidados hospitalares e noutros países, como o Reino Unido, a integração entre cuidados primários e cuidados sociais.

A OMS acabou de publicar, já em 2020, o Policy Brief n.º 34 sobre como melhorar a integração entre cuidados de saúde primários (CSP) e saúde pública (SP), revendo as diferentes abordagens, fatores facilitadores e opções políticas. Existem muitos pedidos para melhorar a integração entre SP e CSP, mas é menos claro como isso pode ser alcançado.

Este documento descreve os tipos de iniciativas que foram empreendidas; fornece exemplos de tais iniciativas, sobretudo na Europa, e resume os fatores que podem ajudar a melhorar ou a dificultar a integração dos CSP e da SP.

A relação entre CSP e SP é complexa. Na maioria dos países europeus, os cuidados primários desempenham algumas funções de SP, enquanto a SP pode ajudar a tornar a prestação de cuidados primários mais efetiva.

Os rastreios e a imunização, por exemplo, bem como as intervenções para apoiar estilos de vida saudáveis, são funções de SP que hoje são comumente prestadas nos CSP, embora com grandes variações entre os países. É importante ressaltar que há uma grande sobreposição de atividades entre SP e CSP e vários cenários são levados em consideração, dependendo do contexto nacional.

Grande parte da literatura académica recente sobre a integração da SP e dos cuidados primários é originária dos EUA, onde um influente relatório do Instituto de Medicina, em 2012, exigiu uma melhor integração entre os dois domínios, mas também existem muitos exemplos na Europa.



Luís Pisco

As intervenções são agrupadas em cinco categorias:

1. Coordenação dos serviços de saúde para as pessoas;
2. Aplicar uma perspetiva populacional à prática clínica;
3. Identificar e abordar problemas de saúde da comunidade;
4. Fortalecer a promoção da saúde e a prevenção de doenças
5. Colaborar em torno de políticas, ensino e investigação.

Estas categorias não são mutuamente exclusivas e muitas intervenções podem-se enquadrar em mais de uma categoria. Por exemplo, informações de registos eletrónicos de saúde podem ser usadas para coordenar serviços clínicos e comunitários para indivíduos e orientar intervenções de SP a nível populacional.

A investigação identificou modelos organizacionais de CSP que são propícios à integração com a SP e fatores sistémicos, organizacionais e de interação que podem facilitar a integração entre os dois domínios.

Os fatores sistémicos estão relacionados com o ambiente fora da organização em que a colaboração ocorre e incluem, por exemplo, envolvimento do governo, modelos e estruturas de financiamento e educação.

Os fatores organizacionais estão relacionados com as condições dentro da organização, como ter uma agenda comum ou proximidade geográfica, enquanto outros fatores estão relacionados com as interações entre os membros da equipa e incluem papéis, relacionamentos e estratégias efetivas de comunicação e tomada de decisão.

Está claro, a partir dessa multiplicidade de fatores, que as alavancas de políticas para melhorar a integração são numerosas. Precisarão de ser adaptadas ao sistema específico da saúde e ao contexto do prestador, que visa levar adiante a integração da SP e dos CSP.

No entanto, uma abordagem sistemática para melhorar a integração pode ser guiada pelos seguintes princípios, que foram identificados como essenciais para o sucesso: um objetivo partilhado de melhoria da saúde da população; envolvimento da comunidade; liderança alinhada; sustentabilidade; partilha e uso colaborativo de dados e análises.

Finalmente, uma integração melhorada da SP e dos CSP promete trazer grandes benefícios à saúde da população (por exemplo, melhor gestão de doenças crónicas, controlo de doenças transmissíveis e melhor saúde materno-infantil), mas esses benefícios raramente têm sido, até agora, documentados na literatura. Além disso, a integração também pode trazer certos riscos, como a competição por recursos escassos.

As intervenções políticas para melhorar a integração vão precisar de estar atentas aos riscos potenciais e devem ter como objetivo demonstrar benefícios, o que ajudará a aumentar a adesão. É um relatório interessante e útil na nossa realidade e que merece uma análise detalhada.



Artigo publicado na edição de fevereiro do Jornal Médico dos cuidados de saúde primários.